



## RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM

À  
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS/3  
ORDENADOR DE DESPESAS DA CRO/3 - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ref.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 005/2017 - CRO/3.

KUPSKI CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 88.191.176.0001-19, com sede na Av. Polônia nº 1272, CEP 90.230-110, Fone 051.3342.5114, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “a”, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

### ***RECURSO ADMINISTRATIVO,***

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitadas e inabilitadas as licitantes, que apresentam desconformidade com Edital da Concorrência 004/2017, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

### **I – DOS FATOS SUBJACENTES**

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional supramencionado, observamos as seguintes exigências editalícias:

“7.3.3. **Qualificação técnica:** todos os licitantes, credenciados ou não no SICAF, deverão comprovar a qualificação técnica por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1:

1

7.3.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

7.3.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo a seguinte parcela de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

**7.3.3.2.1. estrutura de concreto armado armado pré-moldado.**

(...)

7.3.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.3.4.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

7.3.4.4. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

7.3.4.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta "on line", no caso de empresas inscritas no SICAF:

LG =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG =  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

7.3.4.6. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido no mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

(...)

2



10.1.2.2. Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo do ANEXO X deste edital.

10.1.2.2.1. A apresentação da declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

10.1.2.2.2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.”

No entanto, a douda Comissão de Licitação, após a análise da documentação apresentada pelas licitantes, julgou habilitadas as empresas HILGERT CONSTRUÇÕES E PRÉ-MOLDADOS LTDA, NUNES FARIAS & CIA LTDA – ME e BEL CONSTRUÇÕES LTDA, ao arrepio das normas editalícias, e inabilita acertadamente as empresas INSTALL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI-ME e PORTOTEC CONSTRUTORA, de acordo com as normas editalícias.

Ocorre que, essa decisão se mostra parcialmente consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

## II – AS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão de Licitação ao considerar as empresas acima mencionadas habilitadas, incorreu na prática de ato manifestamente ilegal, e inabilitando as empresas mencionadas cumpriu as normas editalícias.

Conforme **item 7.3.3.1.** do Edital da já referida concorrência, ao requer apresentação de Registro em plena validade, observa-se que a empresa INSTALL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI-ME não possui registro na certidão para atuação prevista no Projeto Básico referente à obras civis, logo merece que seja acrescido mais um motivo para INABILITAÇÃO da mesma, pois apenas consta registro na área da engenharia civil para “construção de redes de abastecimento de água; instalação de sistema de prevenção contra incêndio; montagem e instalação de sistemas de sinalização.”, não havendo qualquer

3



menção para construção de edificação. Ademais, a própria Certidão de Registro Pessoa de Pessoa Jurídica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande Do Sul- CREA-RS estabelece que “esta certidão perderá a sua validade caso ocorra modificação em seus dados cadastrais”, sendo que o registro da atividade não será meramente formalidade, mas é item fundamental para caracterização das atividades para a qual a empresa está apta a desempenhar legalmente. Abaixo é transcrito na íntegra a certificação da Certidão:

“**Certificamos** que XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.....  
está devidamente registrada no Crea-RS, nos termos do art. 59 da Lei Federal 5.194, de 1966.  
**Certificamos** que a pessoa jurídica mencionada, bem como os seus responsáveis técnicos constantes desta certidão, não possuem débito de anuidade ou auto de infração transitado em julgado no Crea-RS, nos termos do art. 66 da Lei Federal 5.194, de 1966.  
Esta certidão não autoriza a pessoa jurídica a executar serviços técnicos sem a participação efetiva de seus responsáveis técnicos.  
Esta certidão perderá a sua validade caso ocorra modificação em seus dados cadastrais.  
Certidão emitida pela internet. Para confirmar a sua autenticidade, acesse [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br), selecione “Serviços” e a seguir “Consulta a autenticidade de certidões/ Consulta a autenticidade de uma Certidão de registro emitida pelo Crea-RS”. Informe o número desta certidão para visualização e conferência deste documento. Em caso de dúvida, entre em contato com o Crea-RS pelo fone 51 3320-2143, de segunda a sexta, das 9h às 17h30.  
Certidão gerada em xx/xx/xxxx e reimpressa em xx/xx/xxxx  
Fim da certidão nº XXXXX.....”

Na sequência do Edital, o **item 7.3.3.2.** se refere à capacitação técnico-operacional. Ao que tange o licitante NUNES FARIAS & CIA LTDA – ME, é válido para licitação somente atestado emitido por terceiros na figura de pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, porém causa estranheza o Sr. Jhonata Vinicius Hossa (representante da NUNES FARIAS & CIA LTDA – ME na Reunião de Habilitação) assinar o atestado que favorece a licitante ora mencionada como sócio proprietário da Hossa & Carmo Ltda – HP Construtora (contratante no atestado de capacidade técnica). No mínimo, tal configuração gera conflito de interesses, pois o Sr. Jonatha Vinicius Hossa tem participação em ambas as Pessoas Jurídicas, em uma como participante do corpo técnico (vide Registro de Pessoa Jurídica no CREA-RS) e em outra como sócio proprietário.

Assim, fica claro que o atestado técnico-operacional apresentado é inválido pois apresenta vício de origem.



4



A Comissão de Licitação, sem maiores considerações, acabou por aceitar este, reputando cumprida a exigência de que se cogita.

Observamos que a licitante HILGERT CONSTRUÇÕES PRÉ-MOLDADOS LTDA não atendeu ao **item 7.3.4.2.** do Edital, pois não apresentou Balanço Patrimonial. Além disso, o campo “Qualificação Econômico-Financeira”, no Sicaf, encontra-se incompleto, não apresentando o valor do patrimônio líquido, tendo assim ciência que não atendiam integralmente a qualificação econômico-financeira. Ao não apresentar o Balanço Patrimonial para complementar tal informação, não supriu a exigência do Edital.

E por fim, menciona-se o **item 10.1.2.2.** do presente Edital, o qual trata de “enquadramento da licitante como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006”. Também deve ser feita referência ao **item 10.1.2.2.2.**, que prevê a aplicação de “sanções previstas em lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado” aos licitantes que se considerarem ME ou EPP mas que não atendam ao enquadramento nessas categorias.

A licitante INSTALL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI-ME apresenta, de acordo com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), anexo no processo licitatório, o valor da receita bruta superior a R\$360.000,00 (NÃO se enquadrando como ME) e também superior a R\$3.600.000,00 (também NÃO se enquadrando como EPP).

A licitante BEL CONSTRUÇÕES LTDA apresenta, de acordo com o enquadramento na Junta Comercial em janeiro de 2017 a opção por EPP, mas anexa balancete de 01 de janeiro 2017 a 30 de junho de 2017, não permitindo a comprovação quanto ao enquadramento correto ou não como EPP. Somente com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é possível aferir a Receita Bruta da empresa, para obter ou não o privilégio do desempate previsto no § 1º, Art. 44, da LC nº 123/2006.

Logo, há descumprimento do **item 10.1.2.2.1.** do Edital que expressa que a declaração de ME ou EPP deve ser entregue “tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado”. Cabe também atentar para que inclusive no decurso do ano-calendário a empresa pode ser excluída do direito ao critério de desempate, conforme § 10, Art. 3º, da LC nº 123/2006.

5

Conclui-se que a Declaração de enquadramento como ME ou EPP não corresponde à realidade da licitante INSTALL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI-ME, dado a receita bruta do ano-calendário ser superior aos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006, apresentados no Art. 3º, incisos I e II, e cabendo esclarecimentos da licitante BEL CONSTRUÇÕES LTDA quanto à sua DRE.

A Comissão de Licitação, sem maiores considerações, acabou por aceitar este, reputando cumprida a exigência de que se cogita.

### **III – DO PEDIDO**

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a impugnação imposta pela Comissão de Licitação que MANTENHA A INALIBITAÇÃO das licitantes INSTALL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI-ME e PORTOTEC CONSTRUTORA e, somando-se as razões acima, que sejam INABILITADAS também as licitantes HILGERT CONSTRUÇÕES E PRÉ-MOLDADOS LTDA e NUNES FARIAS & CIA LTDA – ME e que SEJA ESCLARECIDO A SITUAÇÃO DE EPP da licitante BEL CONSTRUÇÕES LTDA.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos  
P. Deferimento

Porto Alegre, 22 de novembro de 2017



---

EVALDO KUPSKI  
REPRESENTANTE LEGAL  
KUPSKI CONSTRUTORA LTDA